



Bastonário

Exmo(a). Senhor(a) Engenheiro(a)

Carta/Circular n.º 89/4

2011-01-27

Assunto: Contestação da criação da Ordem dos Engenheiros Técnicos

Caro(a) Colega,

1. À revelia da Ordem dos Engenheiros (OE) foi aprovado na generalidade na Assembleia da República (AR), a 21.01.2011, um Projecto de Lei que altera o Estatuto e transforma a Associação Nacional de Engenheiros Técnicos (ANET) em Ordem dos Engenheiros Técnicos (OET).
2. Usando o pretexto de que se está perante uma mera alteração de designação, pretende-se criar uma nova “Ordem” completamente **desnecessária** para o País, com o pressuposto de que se trata de uma “profissão autónoma”.
3. Sendo um facto incontestável que nenhum acto de Engenharia passível de ser praticado por um Engenheiro Técnico não o possa ser por um Engenheiro, não se vislumbra qual a autonomia dos representados pela OET a criar.
4. Terá sido uma das iniciativas legislativas que menos tempo aguardou para ser aprovada. Os seis deputados do PS que tomaram a iniciativa de a propor fizeram-na entrar no Parlamento a 22.12.2010, sendo admitida a 03.01.2011 e aprovada no Plenário a 21.01.2011. Percorreu, em poucos dias (apesar do período do Natal e Ano Novo), todo o necessário procedimento legislativo para aprovação.
5. Não se pode deixar de estabelecer a comparação com uma petição subscrita por cerca de 5.000 Engenheiros e outros cidadãos, para que a Assembleia da República recomende ao Governo que reveja a Portaria n.º 1379/2009, de 30 de Outubro, que deu entrada na AR em 05.05.2010 (portanto há mais de 8 meses) e que até hoje, com o nosso conhecimento, ainda não mereceu qualquer análise do Plenário dos Deputados ou sequer discussão em Comissão.
6. Consideramos esta iniciativa desajustada nos fundamentos e incompreensível face às tendências actuais na Europa e às implicações das alterações do sistema do ensino superior, assunto ao qual a OE tem estado a dedicar a máxima atenção, através da promoção de debates em todas as Regiões, Secções Regionais e Delegações Distritais.

Pág. 1/2

Caro(a) Colega,

Esta iniciativa legislativa é um dos mais fortes ataques que a OE sofreu ao longo da sua existência de 75 anos. A consumir-se, os efeitos a prazo seriam prejudiciais para a Sociedade e altamente gravosos para o exercício profissional dos Engenheiros.

Não nos conformaremos e iremos actuar junto da Assembleia da República, nomeadamente ao nível dos diversos Grupos Parlamentares, justificando os nossos pontos de vista.

Todavia, gostaria de recordar que as lutas dos Engenheiros não podem ser só dos dirigentes da Ordem. O Conselho Directivo Nacional promoverá todas as diligências que se justifiquem para defender os interesses dos Engenheiros, mas o contributo de todos os membros é essencial pois o espírito de grupo, motivado por causas justas, move montanhas.

Para as causas dos Engenheiros terem êxito é necessário o empenhamento de todos.

A engenharia é uma profissão de confiança pública. Numa sociedade moderna, esta confiança pressupõe a regulação e a certificação do exercício da profissão, baseadas em critérios claros e que não tratem de forma igual, aquilo que é diferente. A diferença está na qualidade da formação e nas competências.

Numa época em que tanto se fala no direito à diferença, a propósito de todo o tipo de questões, assistimos, no que concerne a qualificações profissionais de engenharia, a decisões políticas, expressas em documentos legislativos e regulamentares, que têm por objectivo aglutinar e classificar como igual, o que é diferente.

O problema que agora surgiu, com a criação pela AR, na generalidade, da Ordem dos Engenheiros Técnicos, impõe uma atitude activa e mobilizadora por parte de todos **nós**. O **nós** significa não apenas os membros eleitos, mas todos os que acreditam que a nossa postura, que se pauta pela defesa de valores, que incluem a dignificação da profissão de engenheiro e a luta contra o facilitismo e contra actos que pretendem qualificar como igual o que é diferente e que apenas contribuem para estabelecer confusão na Sociedade.

Consideramos que todos os profissionais de engenharia são fundamentais para o desenvolvimento do País, mas não aceitamos disposições legislativas que, à revelia das tendências internacionais, criem situações fictícias e enganadoras.

Por isso pedimos-lhe que apoie activamente a nossa Ordem. Participe connosco. Dê-nos a sua opinião e empreste-nos o seu saber.

Para seu conhecimento directo, anexamos o texto integral do comunicado que enviámos no dia 24 do corrente para a comunicação social e que consta igualmente do Portal da OE.

Com as mais cordiais saudações,



Carlos Matias Ramos

Anexo: Comunicado

Pág. 2/2



ORDEM DOS ENGENHEIROS

COMUNICADO

ORDEM DOS ENGENHEIROS CONTESTA CRIAÇÃO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

A Ordem dos Engenheiros foi surpreendida com a decisão da Assembleia da República, de 21 de Janeiro de 2011, de criar a Ordem dos Engenheiros Técnicos sem ter procedido à audição de outros parceiros e entidades relevantes, nomeadamente a Ordem dos Engenheiros.

O Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Engenheiros manifesta a sua total discordância com a criação de outra Ordem Profissional na actividade de Engenharia, contrariando o disposto na Lei 6/2008, de 13 de Fevereiro que, no nº 4 do artigo 2º, estabelece que a cada profissão regulada apenas pode corresponder uma única associação pública profissional, incompreensivelmente fundamentada no pressuposto de que *“a profissão de engenheiro técnico é autónoma”*.

Esta decisão é tanto mais estranha, porquanto, desde 2007 e reiteradamente, a Ordem dos Engenheiros se disponibilizou junto da Assembleia da República e do Governo para resolver as implicações do “Processo de Bolonha” e o novo enquadramento da actividade dos profissionais de Engenharia.

A Ordem dos Engenheiros, com um historial de serviço público de 75 anos, que representa cerca de 45.000 Engenheiros, continua responsabilmente empenhada em assegurar o seu contributo para o desenvolvimento do País, num quadro de grande exigência de qualidade e respeito profissional.

Ciente das exigências de uma profissão de confiança pública, a Ordem dos Engenheiros nunca pactuará com soluções desajustadas, mormente as que pretendem induzir na sociedade a falsa necessidade da existência de uma nova Ordem no mesmo espaço de actividade da Engenharia.

Coimbra, 24 de Janeiro de 2011

O Conselho Directivo Nacional